

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Privatização da Eletrobras une governo e presidente da Câmara](#)..... 2

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo quer vender a Eletrobrás ainda este ano](#)..... 8

Correio Braziliense

[Título: Pauta econômica gera dúvidas e resistência](#)..... 10

Valor Econômico

[Título: Suíça Precious Woods quer expandir atuação no Brasil](#)..... 17

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Privatização da Eletrobras une governo e presidente da Câmara..... 2

Título: Royalties devem subir 25% no Rio este ano 4

Título: Estatal planeja bônus por mérito..... 6

Título: Petrobras volta à categoria pela terceira vez 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....8

Título: Governo quer vender a Eletrobrás ainda este ano..... 8

Título: Notas 9

VEÍCULO: Folha de S. Paulo9

Título: Cidades afetadas por desastre terão R\$ 500 milhões para saneamento	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Pauta econômica gera dúvidas e resistência	10
Título: Trump, o amigo da Gerdau	12
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Setor de petróleo prevê investimentos de US\$ 95 bi	12
Título: Curtas	13
Título: Iluminação pública divide distribuidoras e prefeituras	13
Título: Galp planeja investir € 1 bilhão no pré-sal até 2020	15
Título: Destaques	16
Título: Suíça Precious Woods quer expandir atuação no Brasil	17
Título: FS Bioenergia investirá R\$ 1 bilhão em nova unidade	19

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Bárbara Nascimento e Marina Brandão

Título: Privatização da Eletrobras une governo e presidente da Câmara

Mercado vê medida com otimismo, e ações da estatal sobem até 8,65%

A privatização da Eletrobras é dos poucos itens em que as pautas prioritárias do governo e do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), convergem. A comissão especial que discutirá a matéria na Casa já foi criada e deverá ser instalada até a semana que vem. Além disso, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa, admitiu ontem que o governo não descarta fazer mudanças no projeto para viabilizar sua aprovação. Das 15 medidas anunciadas na segunda-feira pelo governo, a venda da Eletrobras é vista pelo mercado como a mais factível. Com isso, os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da estatal subiram 6,81% ontem, a R\$ 22,88, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) saltaram 8,65%, a R\$ 27.

Pedrosa afirmou, em audiência pública no Congresso, que seria arrogante por parte do governo achar que não é possível discutir pontos da proposta. Mas ressaltou que é importante preservar o essencial: — Concessão é uma palavra forte. Se a gente coloca um projeto para discussão no Congresso, seria extrema arrogância acreditar que não dá para mudar nada. O Congresso tem contribuições a fazer. Tenho confiança de que avançaremos e preservaremos o que entendemos que é essencial, que é a natureza do projeto.

INVESTIMENTO DE R\$ 13 BI

Segundo o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que será o relator da proposta da comissão, Maia pediu celeridade no assunto. O presidente da comissão é o deputado Hugo Motta (PMDB-PB).

— Essa é uma pauta do Executivo e da Câmara — disse Aleluia, acrescentando que pretende apresentar o relatório até o fim de abril. Ele admitiu que o projeto é polêmico, mas ressaltou que sua aprovação é possível. Aleluia destacou que já espera um debate ideológico acalorado, mas que está preparado para defender a proposta. E já se preparou para responder às críticas dos opositores de que a privatização da Eletrobras vá resultar em aumento na conta de luz: — O que causa aumento nas contas de luz é a má gestão da empresa e de suas subsidiárias, sobretudo as geradoras do Norte e Nordeste.

Já Pedrosa, do Ministério de Minas e Energia, disse que as empresas que comprarem as distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste terão de desembolsar, além dos R\$ 50 mil previstos por unidade, mais R\$ 13 bilhões em investimentos para torná-las viáveis. O governo quer vender seis distribuidoras que estão extremamente sucateadas e têm custos excessivos de operações e acumulam perdas.

O secretário citou o caso da distribuidora do Amazonas. Em um ano, disse, o excesso do custo operacional e as perdas não reconhecidas consumiram o equivalente a 43 anos da rentabilidade da empresa: — Como você vende uma empresa que, em um ano, vai perder 43 anos do que ganharia? Quanto vale uma empresa dessas? Na verdade, alguém vai ter que comprar, ajustar, melhorar, investir, reorganizar, para depois ter uma expectativa de rentabilidade.

Outra parte do prejuízo gerado por essas empresas, calculado em cerca de R\$ 20 bilhões, será embolsado pela própria Eletrobras. Pedrosa afirmou que, com a venda, a estatal busca "se libertar" do peso de administrar essas distribuidoras: — O negócio de distribuição é absolutamente diferente do investimento em geração e transmissão. A Eletrobras mostrou, ao longo do tempo, que não tem a agilidade e recursos suficientes.

BOLSA TEM NOVO RECORDE

Com a ajuda da Eletrobras, a Bolsa brasileira renovou ontem seu recorde de fechamento: 85.803 pontos, uma alta de 1,19%. É o maior patamar do Ibovespa desde 26 de janeiro, quando registrou 85.530 pontos. Durante os negócios, o índice de ações brasileiro bateu outro recorde: chegou a 86.290 pontos. Anteriormente, o maior patamar intraday era de 31 de janeiro, com 86.213 pontos.

Registraram alta significativa ainda os papéis de bancos, que têm maior peso no Ibovespa, e a Petrobras. Itaú avançou 2,46%, e Bradesco, 3,04%. O Banco do Brasil subiu 1,78%. Já a Petrobras teve alta de 1,78% (ON) e 1,94% (PN).

Segundo Pablo Spyer, diretor da Mirae Asset, há um maior apetite por risco no Brasil, impulsionado pela expectativa de queda nos juros. No mercado de juros futuros, explicou, 54% dos agentes financeiros estimam um corte de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom. Há uma semana, eram 30%.

Com relação às medidas propostas pelo governo, a única que teve boa repercussão no mercado foi a da Eletrobras.

— O governo está fazendo a sua parte, tentando dar continuidade ao movimento reformista. Mas o mercado percebe essas medidas de forma mais neutra — disse Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial Research.

Seguindo o mercado externo, o dólar comercial avançou 0,61%, a R\$ 3,256.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Royalties devem subir 25% no Rio este ano

Previsão é que arrecadação chegue a R\$ 13,8 bi. Economistas alertam para necessidade de melhor uso de recursos.

A combinação entre recuperação do preço do barril do petróleo, aumento da produção da Petrobras no pré-sal e o calendário de leilões vai aumentar a arrecadação de royalties e participações especiais no Rio de Janeiro. A previsão é de uma entrada de R\$ 13,8 bilhões para estado e municípios este ano, alta de 25% em relação ao ano passado, de acordo com o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Deste total, R\$ 8,9 bilhões devem ir para o cofre estadual. Mas, para a secretaria da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico, a previsão é maior: só o Estado do Rio deve receber R\$ 10 bilhões em 2018. A

melhora no cenário para a economia do estado com a recuperação dos royalties foi antecipada pelo colunista do GLOBO Ancelmo Góis.

Segundo Christino Áureo, secretário de Estado da Casa Civil e de Desenvolvimento Econômico, os recursos vão ajudar o atual regime de recuperação das contas estaduais. A tendência de aumento dos recursos do petróleo continua nos próximos anos. A previsão do governo estadual é de uma receita total de R\$ 46 bilhões da indústria do petróleo até 2021.

Os royalties e as participações especiais devem representar neste ano 15% da receita bruta do Estado do Rio, maior que os cerca de 11% do ano passado. Mas economistas alertam que, apesar do avanço da arrecadação com o petróleo, é preciso mais esforço para o Rio sanear parte de seu déficit fiscal e resolver a grave crise financeira que assola o estado, com o atraso do salário dos servidores desde 2016.

— Não adianta gerar expectativa sobre esses recursos. Os royalties vão ajudar a ajustar as despesas e as receitas, mas não vão zerar o déficit — disse Alfredo Renault, professor da PUC-RJ.

CAPTAÇÃO DE ATÉ US\$ 600 MILHÕES

Margarida Gutierrez, professora do Coppead/UFRJ, lembra que há o risco de o Rio atrasar reformas estruturantes para a economia com a "bonança" prevista com a arrecadação extraordinária: — Quando entram os recursos, há uma sensação de que está tudo bem. Foi o que ocorreu nos últimos 15 anos. Não se deve esquecer das reformas estruturais.

Preocupação semelhante tem Adriano Pires, sócio do CBIE. Segundo ele, com o aumento da cotação do petróleo no exterior e dos leilões, o Rio vai entrar numa nova fase, de alta na arrecadação dos royalties. Ele cita o aumento do barril do Brent, usado como referência: o preço médio passou de US\$ 54,15, em 2017, para uma expectativa de US\$ 62,39, em 2018.

— Os próximos anos serão de aumento significativo na arrecadação. Há o leilão do pré-sal e dos excedentes da cessão onerosa. O Rio terá uma segunda chance de viver um novo ciclo. É preciso entender que essa receita não é estável e tem que se aproveitar esse ciclo para gerar investimento em outros setores — disse Pires.

No último ciclo de alta da arrecadação de royalties, o estado e as prefeituras não souberam converter os recursos em investimentos diversificados na economia. Em muitos casos, os recursos foram usados para custeio ou desperdiçados.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), os leilões programados até 2019 devem gerar investimentos de US\$ 200 bilhões na economia do Rio nas próximas décadas. Segundo Walter de Vitto, da consultoria Tendências, a produção de petróleo no Rio deve aumentar 11,5% em 2018, contra uma média nacional de 5,4%. Isso vai acontecer em razão do avanço do pré-sal. Há ainda a expectativa de alta da taxa de câmbio, de 4,7% em 2018, o que vai ter impacto nos royalties porque o barril é negociado em dólar.

— Os ganhos para 2018 estão praticamente contratados. O Rio voltou a gerar mais recursos desde 2017, após quatro anos de queda — diz Vitto.

Áureo admite que a perspectiva de aumento da arrecadação dos royalties não é a solução do imbróglia financeiro do Rio: — Vamos usar o aprendizado do passado. É preciso um rearranjo do uso dos royalties. Esperamos um aumento de ICMS com a recuperação da economia. Vamos licitar linhas de ônibus e antecipar a renovação da concessão de gás.

Entre as medias para sanear as contas, Áureo adiantou que fará uma captação entre US\$ 500 milhões e US\$ 600 milhões no mercado americano nos primeiros 15 dias de março. O governo usará como garantia os royalties e participações especiais futuros: — Esses recursos irão para o RioPre-vidência, que é socorrido pelo Tesouro. O dinheiro será usado para pagar o décimo terceiro dos servidores.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: B.R.

Título: Estatal planeja bônus por mérito

A Petrobras pretende criar neste ano um novo plano de cargos e desenvolver um programa de pagamento de bônus atrelado ao desempenho dos funcionários. O plano foi comunicado em mensagem enviada na última segunda-feira aos empregados da estatal pelo novo diretor-executivo de Assuntos Corporativos da companhia, Eberaldo de Almeida Neto.

Na mensagem, obtida pelo GLOBO, Eberaldo revelou que a empresa tem uma agenda cheia pela frente relacionada à promoção de funcionários com base na meritocracia. "A discussão sobre mérito tem avançado. No último ano, demos passos importantes como os processos seletivos para posições gerenciais que vagaram".

Em outro trecho, o diretor revela que "o banco de talentos propicia a aplicação inequívoca de critérios claros para a sucessão com base no mérito e no amplo

acesso, já que qualquer empregado que se sinta qualificado poderá inscrever separa a seleção. Em 2018, deveremos discutir um plano de cargos que permita maior mobilidade à nossa força de trabalho; a revisão da função especialista; além de um novo programa de pagamento de bônus por desempenho para os empregados". Segundo uma fonte, ainda é preciso definir os critérios das ações.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Esporte

Autor:

Título: Petrobras volta à categoria pela terceira vez

Estatual brasileira desenvolverá gasolina e lubrificantes para a inglesa McLaren.

Se, nas pistas, o Brasil não terá um representante na Fórmula-1 pela primeira vez em 48 anos, fora dela, a marca nacional estará presente. Ontem, a Petrobras anunciou que vai ser a fornecedora oficial de combustíveis e lubrificantes da escuderia inglesa McLaren em 2019. Na temporada 2018, a estatal brasileira de petróleo trabalhará com os engenheiros da equipe para o desenvolvimento dos produtos.

"Estamos de volta à Fórmula-1, em parceria tecnológica com a equipe McLaren. Ao longo da temporada, realizaremos testes em nossos laboratórios para desenvolver gasolina e lubrificantes de alta performance"! escreveu a empresa em suas redes sociais.

Esta será a terceira passagem da Petrobras pela Fórmula-1. Entre 1998 e 2008, ela forneceu combustíveis e lubrificantes para a Williams. De 2014 a 2016, a empresa patrocinou a equipe, que contava com Felipe Massa como piloto.

Com a McLaren, pelo menos em um primeiro momento, o acordo não inclui a presença de pilotos brasileiros.

— A paixão do Brasil pela Fórmula-1 é lendária, e o país produziu alguns dos mais icônicos nomes da história da categoria. Estamos muito felizes em aprofundar a nossa relação com os fãs brasileiros com a nossa parceria com a Petrobras, uma bandeira da nação — disse o diretor executivo da McLaren, Zak Brown.

TEMPORADA COMEÇA EM MARÇO

Também ontem, a escuderia inglesa exibiu um capacete que o bicampeão mundial Fernando Alonso usará na temporada, no qual se via a marca da Petrobras. O belga Stoffel Vandoorne é o companheiro do espanhol na equipe.

Com motores Renault a partir deste ano, em substituição ao Honda, a McLaren aposta em um desempenho melhor que o de 2017 — Alonso foi o 15º, e Vandoorne, o 16º. No mundial por equipes, a escuderia inglesa ficou em nono, só à frente da Sauber.

A temporada 2018 da F-1 começa em 25 de março. A primeira das 21 etapas será na Austrália, no circuito de Albert Park.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo quer vender a Eletrobrás ainda este ano

Um dos projetos da agenda prioritária do governo no Congresso, a privatização da Eletrobrás deve ocorrer neste ano, disse o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa. A despeito da resistência de lideranças políticas, empregados e da oposição, o governo avalia ser possível concluir o processo até o fim de 2018.

O cronograma com que o governo trabalha prevê que o Conselho de Administração da empresa aprove a proposta de privatização no início do segundo semestre. Segundo Pedrosa, o pagamento da outorga de R\$ 12,2 bilhões à União, em troca de novos contratos de concessão para as usinas, pode ocorrer, no limite, no último dia útil do ano, em 28 de dezembro.

"Uma vez que o contrato seja aceito e aprovado, a operação será feita, e a partir daí são questões operacionais corriqueiras do mundo empresarial, como a emissão, captação de recursos e pagamento", explicou.

O novo contrato que a União vai oferecer à Eletrobrás terá condições como a adesão ao regime de produção independente, que permite a venda de energia das hidrelétricas a preços de mercado, e o fim do regime de cotas, que remunera apenas custos de operação e manutenção.

O projeto prevê uma capitalização, por meio da qual a participação da União na empresa, hoje em 60%, será diluída para 40%. Futuramente, a empresa se tornará uma corporação e nenhum acionista poderá ter mais de 10% do controle.

A comissão especial que vai analisar o projeto de lei na Câmara foi oficialmente criada na última segunda-feira, e os partidos já começaram a indicar os membros. O Estadão/Broadcast apurou que 25 serão da base aliada e 10 da oposição, o que facilita a discussão e a tramitação da proposta. Uma vez

aprovado na Casa, ainda é preciso passar por votação no Senado. Somente depois disso o projeto pode ser sancionado pela Presidência da República e, então, entrar em vigor. /COLABORARAM LUCIANA COLLET e KARIN SATO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Viralizou.

Em encontro entre o presidente da Usiminas, Sergio Leite, e lideranças da comunidade de Ipatinga, cidade mineira onde está a sede da siderúrgica, na sexta-feira da semana passada, o conselheiro eleito pelos empregados Luiz Carlos Miranda fez campanha para o ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Dinis Pinheiro (PP), em vídeo que circula entre os empregados da empresa. Miranda afirma, ao tomar a palavra, que Dinis – pré-candidato ao governo do Estado - "é um belo exemplo político de Minas Gerais" e profetizou de que ele "será governador".

» Fui eu.

O conselheiro deixa nas entrelinhas que foi um dos protagonistas para o acordo entre Ternium e Nippon Steel, sócios da Usiminas que viviam há anos em disputa. Procurada, a siderúrgica esclarece que seu presidente realiza reuniões periódicas com os diversos públicos. "A companhia não se responsabiliza ou se vincula a opiniões pessoais dos demais participantes convidados destas reuniões, que não seus executivos".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Cidades afetadas por desastre terão R\$ 500 milhões para saneamento

Começa nesta quarta (21) o prazo para que os 39 municípios afetados pela tragédia de Mariana (MG) manifestem interesse em apresentar projetos de saneamento e coleta de resíduos a ser financiados pela Fundação Renova.

A entidade, mantida pela Samarco, aplicará R\$ 500 milhões nas ações selecionadas. O aporte é uma das ações compensatórias da mineradora após o desastre.

Cerca de 80% dessas cidades têm pouco ou nada do esgoto tratado. O recurso começará a ser aplicado ainda neste ano, afirma o presidente da Renova, Roberto Waack.

As prefeituras precisam manifestar interesse em apresentar projetos até 2 de março. Das cidades, 35 são mineiras e quatro, capixabas.

Os bancos de desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e do Espírito Santo (Bandes) farão a gestão do montante.

Vamos analisar a viabilidade econômica de cada proposta e, se necessário, financiar parte delas, diz Aroldo Natal, presidente do Bandes.

O dinheiro vem da iniciativa privada, mas os projetos aprovados farão licitações. A projeção é gastar R\$ 100 milhões em 2018, diz Marco Crocco, presidente do BDMG.

O banco mineiro disponibilizará R\$ 130 milhões de crédito complementar às cidades.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rodolfo Costa/Rosana Hessel/Bernardo Bittar/Simone Kafruni

Título: Pauta econômica gera dúvidas e resistência

A discussão em torno da reforma da Previdência deve ficar para o futuro. Após o recuo na proposta de emenda à constituição (PEC) que alterava o sistema previdenciário, o Palácio do Planalto escolheu a dedo 15 projetos de lei para compor a nova pauta econômica, mas esqueceu de combinar a tramitação com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e com o do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), ressentidos por terem sido avisados de última hora sobre o plano de intervenção no Rio. Ontem, Maia criticou duramente o Executivo, considerando a definição de prioridades um “desrespeito” e “abuso”, uma vez que não há novidade na discussão de matérias que se encontram na Casa. Eunício emendou: “Quem define a pauta do Congresso somos nós”.

Pré-candidato à Presidência da República, Rodrigo Maia frisou, ainda, que as propostas em tramitação independem do Executivo federal. “Esse é um café velho e frio, que não atende como novidade a sociedade”, disse à agência de notícias da Câmara. “Do jeito que eles apresentaram, é como se fosse a pauta do governo no Legislativo. Isso é um abuso”, afirmou.

O deputado considerou que o anúncio do governo foi um desrespeito ao Legislativo e alertou que os projetos definidos pelo Executivo seguirão, na Câmara, o rito estabelecido por ele. “O governo que apresente uma pauta econômica nova, porque, daquela que está aqui, o tempo de discussão e votação é definido pela presidência da Câmara. Vamos respeitar a independência dos poderes. A apresentação de ontem (segunda-feira) foi um equívoco. Foi um pouco de desrespeito ao Parlamento, já que os projetos já estão aqui”, destacou.

Efeitos

O banho de água fria nas intenções do governo pode comprometer a tramitação de uma agenda que, embora não substitua a reforma da Previdência, tem um papel importante na atividade econômica. Entre elas, a simplificação tributária, a privatização da Eletrobras, a redução da desoneração da folha de pagamento para setores atualmente beneficiados, a regulamentação do teto remuneratório e a extinção do Fundo Soberano.

O governo precisará de receitas extraordinárias neste ano para evitar um déficit acima dos R\$ 159 bilhões previstos. A reforma da Previdência traria efeitos mais a médio e a longo prazos, mas ter o texto sancionado aumentaria a confiança dos agentes econômicos na capacidade do governo de equilibrar o orçamento. “Agora, para buscar o equilíbrio das contas públicas a curto prazo, resta aprovar a reoneração da folha, a privatização da Eletrobras, a regulamentação do teto remuneratório e a extinção do fundo soberano, que são importantes para garantir o cumprimento da regra de ouro — dispositivo constitucional que impede o governo de fazer dívidas para cobrir despesas correntes, como pagamento de servidores —, destacou a economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara

A tarefa de aprovar as pautas na Câmara, no entanto, também preocupa. Além da queda de braço contra Maia e Eunício, as articulações em torno da nova pauta econômica podem ser comprometidas pelo calendário eleitoral. “As medidas são relevantes, mas o problema é que o governo já tentou encampá-las anteriormente e não conseguiu. Agora, anunciou um pacote improvisado com medidas requeitadas. Fica uma certa dúvida sobre a capacidade de conseguir levar as propostas adiante, ainda mais em um ano de eleições”, ponderou José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Eletrobras

O mercado, por ora, “compra” bem a ideia da pauta econômica, embora com ressalvas. Ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) fechou em novo patamar recorde, após ter iniciado o pregão em queda e sob muita volatilidade. O resultado foi embalado pelo salto das ações preferenciais da Eletrobras, que subiram 8,65%. Os ânimos dos investidores afloraram sobretudo após o **secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa**, garantir que a venda da estatal e o pagamento da outorga de R\$ 12,2 bilhões à União ocorrerão ainda este ano.

“A privatização da Eletrobras vai ocorrer no momento em que a União oferecer um pacote de alternativas. O Conselho de Administração da Eletrobras deve votar a operação até o início do segundo semestre”, destacou Pedrosa, em audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado **Federal**.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Trump, o amigo da Gerdau

Mercado s/a

A proposta americana de sobretaxar ou limitar a importação de aço do Brasil poderá abrir oportunidades de negócios para a gaúcha Gerdau, que possui fábrica nos Estados Unidos. Procurada pela reportagem, a empresa não quis comentar, mas especialistas garantem que as novas regras não devem afetar as empresas que mantêm operação local. Atualmente, entre 25% e 35% da receita da Gerdau vêm de operações no mercado norte-americano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Setor de petróleo prevê investimentos de US\$ 95 bi

Os investimentos no setor de óleo e gás, no Brasil, devem somar US\$ 95 bilhões até 2021, segundo cálculo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). A entidade divulgou ontem uma agenda para aumentar a competitividade do setor no longo prazo e espera poder, ao longo do debate eleitoral, apresentar a pauta aos presidentiáveis.

Ao todo, 19 novas plataformas devem entrar em operação no período, das quais 12 já foram contratadas e 7 serão encomendadas. Segundo o IBP, no entanto, a capacidade de investimento do setor pode ser maior, se o país construir uma

agenda para elevar a competitividade da indústria de óleo e gás, "com uma visão que vá além do imediatismo do ano".

As petroleiras comemoram os avanços regulatórios recentes. Nos últimos dois anos, o governo adotou iniciativas para atrair investimentos, como a criação de um calendário de leilões, o fim da operação única da Petrobras no regime de partilha do pré-sal, a flexibilização do conteúdo local e renovação do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás).

Após "um ano de importantes conquistas", a indústria petrolífera visa agora uma agenda de longo prazo que dê destaque a medidas pró-competitividade do setor. Entre outros pleitos, o IBP defende a necessidade de dar maior velocidade no processo de licenciamento ambiental; aumentar a previsibilidade e competitividade tributária; e simplificar os modelos de exploração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Criptomoeda de Caracas

A Venezuela começou a vender a criptomoeda Petro, lastreada pelas reservas de petróleo do país. A pré-venda oferta 82,4 milhões de unidades da Petro. Cada unidade está cotada ao preço do barril de petróleo, cerca de US\$ 60. A Petro é vista com ceticismo em meio ao risco de novas sanções dos EUA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Iluminação pública divide distribuidoras e prefeituras

As distribuidoras de energia vão travar nova batalha no Superior Tribunal de Justiça (STJ). As empresas do setor, que já debatem no tribunal temas como a legitimação do corte de energia em casos de fraude no consumo, vão questionar agora leis recentemente aprovadas por municípios que, em geral, alteram as regras da contribuição de iluminação pública (Cosip), tributo municipal cobrado em todas as faturas de energia elétrica do país. O imbróglio tem potencial para gerar um custo adicional de R\$ 80 milhões por mês às companhias.

As resoluções 414/2010 e 479/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamentaram ponto previsto na Constituição e determinaram que os municípios são os responsáveis pela gestão e manutenção da iluminação pública. Com isso, às distribuidoras cabe apenas a atividade de distribuição de energia para esses ativos.

Atualmente, as distribuidoras de energia fazem a arrecadação da Cosip mediante um contrato de arrecadação, por meio do qual realizam a cobrança na fatura, arrecadam o tributo e repassam às prefeituras, recebendo uma comissão pelo serviço. As novas leis municipais, porém, estão atribuindo às distribuidoras o papel de responsável tributária pela contribuição.

De acordo com os advogados José Rossiter e Abraão Lopes, do escritório Rossiter, Rocha e Capistrano Advogados, na prática, essas leis municipais trazem duas consequências para as empresas do setor. A primeira é que as distribuidoras deixam de ser remuneradas pela realização da cobrança. A outra é que elas passam a ser sujeitas passivas do tributo, tornando-se obrigadas ao pagamento da cobrança, independentemente do recolhimento por parte do consumidor de energia elétrica.

Nos últimos dois anos, as mudanças nas legislações municipais levaram à apresentação de ações na Justiça, que começam a chegar ao STJ. Uma das primeiras a chegar ao tribunal envolve a AES Eletropaulo, uma das maiores distribuidoras do país, e a prefeitura de São Paulo. O caso é considerado especial devido à notoriedade que deve ganhar, pelo porte da companhia e por indicar que a decisão a ser tomada pelo STJ deverá ser seguida nos processos semelhantes em instâncias inferiores.

Para a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), além de as novas leis municipais serem contrárias ao que está estabelecido nas resoluções 414 e 479, elas afetam a qualidade do serviço das empresas. Isso porque, na prática, se ficarem responsáveis pelos ativos de iluminação pública, as distribuidoras terão que arcar com despesas adicionais e que não poderão ser repassadas à tarifa de energia. Considerando o custo médio de R\$ 1 por cada arrecadação, o potencial de impacto para as distribuidoras chega a R\$ 80 milhões por mês.

Paralelamente à discussão na Justiça, tramita no Senado projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de artigos incluídos nas resoluções 414 e 479 da Aneel, suspendendo a obrigatoriedade do repasse aos municípios da responsabilidade pela implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. O projeto, de autoria do deputado Nelson Marquizezelli (PTB-SP) e já aprovado pela Câmara, aguarda para ser analisado

pela comissão de assuntos econômicos do Senado. Nesta casa, o relator do projeto é o senador Paulo Rocha (PT-PA).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Galp planeja investir € 1 bilhão no pré-sal até 2020

Uma das quatro maiores produtoras de petróleo do país, a portuguesa Galp prevê investimentos da ordem de € 1 bilhão (R\$ 4 bilhões) no pré-sal brasileiro até 2020. O presidente global da companhia, Carlos Gomes da Silva, disse ontem que o Brasil continuará sendo peça-chave dentro do plano de crescimento da petroleira e que a empresa mira novas oportunidades nos leilões de blocos exploratórios deste ano.

O plano de negócios da companhia, sócia minoritária da Petrobras em Lula, o maior campo em produção no país, prevê investimentos globais de € 3 bilhões até 2020. A expectativa é que 70% desse valor (€ 2,1 bilhões) seja destinado ao setor de exploração e produção de óleo e gás e que o Brasil, principal fonte de produção da companhia no mundo, concentre metade do orçamento para E&P.

O Brasil responde, atualmente, por mais de 90% do volume produzido pela empresa no mundo. A Galp detém, por meio da Petrogal, uma sociedade com a chinesa Sinopec (30%), uma fatia de 10% nas concessões BM-S-11 (Lula e Iracema) e BM-S-11A (Berbigão, Sururu e Atapu), operadas pela Petrobras.

A portuguesa produz cerca de 100 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia) e prevê aumentar em 50% esse volume até 2020, para 150 mil BOE/dia. Para este ano, a meta é crescer entre 15% e 20%, com destaque para a entrada em operação de duas novas plataformas (Lula Norte e Lula Extremo Sul).

Para Gomes da Silva, 2018 será um "ano crucial" para novas aquisições no Brasil. Ele disse que a Galp pretende conciliar o crescimento orgânico com aquisições, mas destacou que a empresa não está "desesperada" para comprar novos ativos.

"2018 é um ano crucial, assim como 2019, no que diz respeito ao Brasil... O Brasil está cheio de oportunidades de crescimento inorgânico", disse o executivo, em encontro com investidores em Londres, na Inglaterra, ao se referir ao calendário de leilões deste ano.

Ele citou as oportunidades oferecidas na 15ª Rodada de concessões, de março, e a 4ª Rodada de partilha do pré-sal, em junho, além do desejo do governo de realizar o leilão dos excedentes da cessão onerosa ainda este ano.

"O Brasil é uma das regiões que pode nos trazer alguma novidade [em termos de aquisições]", disse. "Mas não estamos desesperados, ansiosos para trazer mais projetos para nosso portfólio. É mais importante para nós conseguirmos tirar mais barris, mais valor, do portfólio atual, do que nos expormos em projetos inorgânicos. Temos que combinar os dois. E vamos fazer isso", afirmou.

Segundo o executivo, o consórcio que opera Lula - Petrobras (65%), Shell (25%) e Petrogal (10%) - está "perto de completar" a primeira fase de produção do projeto, mas o plano, a partir de agora, é aumentar a recuperação de óleo do campo. A Galp vê espaço para que o fator de recuperação - que mede quanto é possível extrair do reservatório - possa ser elevado dos atuais 31% para 40% no campo de Lula.

Já para o longo prazo, a Galp deposita muitas expectativas em torno do projeto de Carcará. A empresa adquiriu, na 2ª rodada de partilha, no ano passado, 20% de Carcará Norte. Essa área é adjacente à descoberta na concessão BM-S-8, onde a empresa terá 17%, após fechamento de um acordo societário com a ExxonMobil e a Statoil.

Carcará é, hoje, o ativo mais relevante da carteira de novos projetos com produção prevista para a próxima década, ao lado da produção de gás natural em Moçambique. A expectativa é que a partir deste ano os investimentos na avaliação da descoberta e no desenvolvimento da produção de Carcará sejam acelerados. O projeto está previsto para começar a produzir entre 2023 e 2024.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Lucro da Ternium

A Ternium, uma das maiores produtoras de aço na América Latina e sócia da Usiminas, obteve lucro líquido de US\$ 180,2 milhões no quarto trimestre, o que representou aumento de 52,2% em relação ao mesmo período de 2016. Na mesma base de comparação, a receita cresceu 49,6%, passando de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 2,7 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de US\$ 502,3 milhões, maior 43%. A empresa atribuiu o desempenho ao melhor resultado operacional, que subiu 42% em relação a

igual trimestre de 2016, para US\$ 350 milhões. No ano, o lucro do acumulado atingiu US\$ 1 bilhão, impulsionado pelos ganhos da Usiminas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Suíça Precious Woods quer expandir atuação no Brasil

A suíça Precious Woods quer expandir sua presença na floresta amazônica. Especializada no corte de árvores e na venda de madeira certificada, a companhia explora há duas décadas uma área de 500 mil hectares próxima a Manaus. Seus planos agora são obter mais 600 mil hectares, também no Estado do Amazonas, por meio de contratos de concessão pública. A companhia já iniciou conversas com bancos e fundos sobre recursos para a expansão.

Cerca de 60% dos clientes da empresa estão na Europa. A madeira exportada pela companhia, também para mercados como o americano e o asiático, é usada em acabamentos da construção civil, estruturas portuárias, diques e dormentes, entre outros fins. "Nosso mercado está crescendo", disse ao **Valor** o CEO da empresa, Markus Brüttsch. Recentemente, em uma de suas poucas operações no país, a Precious Woods vendeu um lote de madeira para o restauro do telhado do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo.

Ele lembrou que vários países têm adotado regras mais rígidas para a importação de madeiras e exigido que o produto seja certificado. O Brasil ainda está entre os mercados que consomem, primordialmente, madeira sem certificação. "As empresas de madeira certificada têm grandes oportunidades para crescer e é por isso que estamos buscando aumentar nossas áreas", disse Brüttsch em entrevista por Skype na semana passada, quando o executivo estava no escritório central da múlti em Zug, região central da Suíça.

Madeira certificada é aquela com selo de garantia, concedido por uma instituição verificadora que atesta que as árvores foram cortadas de maneira sustentável, de forma a não comprometer a conservação de determinada área. Desde 1997, a Precious Woods tem sua área no Brasil certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC), instituição sem fins lucrativos criada em 1993. No mundo, só 7% das florestas tropicais naturais têm algum tipo de certificação, segundo o executivo. Desse percentual, afirmou ele, cerca de 10% estão com a Precious Woods.

No Brasil, a companhia se apresenta como a maior produtora de madeira tropical certificada. Mas também opera no Gabão, no oeste africano, em uma área de 600 mil hectares. Na amazônia, emprega 550 trabalhadores; no Gabão, 750. A Precious Woods extrai de sua área em Itacoatiara, a 250 quilômetros de Manaus, 140 mil metros cúbicos de toras por ano. São 45 espécies de madeira exploradas, com destaque para maçaranduba e cumaru. No Gabão, extrai 200 mil metros cúbicos.

No Brasil, as árvores são cortadas, serradas e vão em balsas até o porto de Manaus. De lá, seguem até Belém, onde são embarcadas em cargueiros para os clientes estrangeiros. A produção total no Brasil e no Gabão de madeira serrada foi de 24 mil metros cúbicos no ano passado.

A ampliação no Brasil deverá acontecer por meio de concessão. Uma das áreas em vista é do Estado do Amazonas e outra, menor, do governo federal. Somados, os lotes têm cerca de 600 mil hectares e ficam próximos a Itacoatiara. Brütsch avalia que a concessão federal pode sair ainda este ano e a estadual, em 2019. A empresa aposta que o momento é favorável para esses planos. "Fomos informados que o Ministério do Meio Ambiente quer ter milhões de hectares de florestas sob concessão pública", afirmou Brütsch que participou da cúpula climática na Alemanha, a COP 23, em novembro.

No evento o Brasil recebeu recursos adicionais para o Fundo da Amazônia, que tem a Noruega como principal doadora. O objetivo é ajudar nas ações de preservação e combate ao desmatamento. O fundo, gerido pelo BNDES e pelo **MME**, tem, ao todo, R\$ 3,1 bilhões. "Esse fundo também deve ser aberto para o setor privado; por isso tive uma conversa com o pessoal do BNDES sobre empréstimos", disse o executivo, que esteve no Brasil há um mês. Além do BNDES, já há conversas abertas com outras potenciais fontes de crédito.

"Estou falando com instituições pelo mundo", disse Brütsch. No ano passado, ele levou o projeto da empresa a representantes do Banco Mundial em Washington. "Também estou falando com fundos". Para pagar pelas concessões, a empresa espera recorrer a um modelo no qual o valor a ser amortizado possa ser debitado dos ganhos que virão com as novas áreas. Além da expansão no Amazonas, Brütsch está interessado em outras áreas no Brasil - no Acre, por exemplo. E também na Bolívia, Peru e na bacia do Rio Congo.

Em 2017, as vendas globais da Precious Woods totalizaram € 45 milhões ante € 41,3 milhões em 2016. O Ebitda também melhorou: de € 6,9 milhões para € 8 milhões. A empresa disse que os resultados poderiam ter sido melhores, não fossem o bloqueio de portos de Manaus devido a uma operação da Polícia Federal contra madeiras ilegais e uma greve no Gabão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: FS Bioenergia investirá R\$ 1 bilhão em nova unidade**

Sairá por R\$ 1 bilhão o investimento que a FS Bioenergia fará para erguer sua segunda usina de etanol de milho, em Sorriso (MT), um dos maiores municípios produtores do grão no Brasil. A companhia, joint venture entre a gestora americana Summit Agricultural Group e a trading mato-grossense Fiagril, vinha estudando o novo aporte desde o ano passado, quando ainda começava a operar sua primeira usina, em Lucas do Rio Verde (MT).

O valor do novo aporte é 25% maior do que o total orçado para a primeira usina, que agora está sendo ampliada. Considerando o investimento para a primeira etapa, já concluída, e o que está em curso, a planta de Lucas do Rio Verde custará R\$ 800 milhões.

Entretanto, se for considerado o potencial máximo de produção de cada unidade, o novo empreendimento será mais vantajoso, já que sua capacidade será de 680 milhões de litros por ano, 28% maior do que a primeira unidade com a expansão já concluída.

O investimento planejado apenas para essa segunda unidade equivale ainda ao faturamento que a FS Bioenergia espera alcançar quando sua primeira unidade estiver ampliada e operando em sua plena capacidade. Para este ano, a expectativa é que a receita atinja cerca de R\$ 550 milhões, disse Rafael Abud, diretor financeiro da companhia, em entrevista ao **Valor** em janeiro.

Além de etanol, a nova usina também produzirá DDG (Distillers Dried Grains) - farelo resultante do processamento do milho - e óleo, com capacidade de produção de 500 mil toneladas e 20 mil toneladas, respectivamente.

A planta terá ainda uma unidade de cogeração de energia a partir de biomassa, proveniente basicamente de eucalipto que será plantado na região. O potencial de geração será de 170 mil megawatt-hora (MWh) por ano.

Para garantir a produção máxima da nova planta, poderão ser processadas até 1,8 milhão de toneladas de milho por ano.

Havia dúvidas se a segunda unidade deveria ficar próxima da oferta de matéria-prima ou do acesso a mercados consumidores, como seria o caso de Rondonópolis. A cidade, onde está a ferrovia de acesso ao Sudeste, chegou a ser cogitada. A opção foi pela primeira alternativa. "Estar próximo desses

produtores de Sorriso nos dará ainda mais insumo para inovar e continuar produzindo com a qualidade que buscamos. Além disso, queremos ser a oportunidade de compra de milho e biomassa confiável e de qualidade para esses produtores", afirmou Henrique Ubrig, CEO da FS Bioenergia, em nota.

MME / ASCOM .